

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

FILIPPE NEPOMUCENO MANOUKIAN

A função social da imprensa e o microcosmo das redações

Uma comparação entre o jornalismo de Genro Filho
e o jornalismo contemporâneo

SÃO PAULO
2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E COMUNICAÇÃO

A função social da imprensa e o microcosmo das redações

Uma comparação entre o jornalismo de Genro Filho
e o jornalismo contemporâneo

Filipe Nepomuceno Manoukian

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Mídia, Informação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Dennis de Oliveira

São Paulo
2019

AGRADECIMENTOS

Ao meu filho, Joaquim, que me motiva todos os dias a ser uma pessoa melhor.

Ao meu pai, Dimitrios (*in memoriam*), que me ensinou o valor da filosofia e me faz muita falta.

À minha família, em especial minha mãe, Lindalva, que tanto me ama e me incentiva; Eric, pelo suporte e amizade; e Suzane, pela paciência e apoio.

Aos amigos e jornalistas João Pedro Teles, Felipe Conrado, Max Ramon e Alexandre Petillo, com quem pude debater as ideias desta pesquisa.

Aos professores do Celacc, que me conduziram nesta caminhada.

Ao meu orientador, Dennis, uma inspiração em sala de aula.

Aos meus amigos de sala, pelas trocas e momentos especiais.

Aos meus entrevistados – Armando Antenore, Carla Jiménez, Carla Miranda, Daniela Pinheiro, Laura Capriglione e Sérgio Dávila –, pela colaboração indispensável e preciosa, além do tempo e carinho.

A FUNÇÃO SOCIAL DA IMPRENSA E O MICROCOSMO DAS REDAÇÕES: UMA COMPARAÇÃO ENTRE O JORNALISMO DE GENRO FILHO E O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO¹

Filipe Nepomuceno Manoukian²

Resumo: Este artigo propõe uma discussão acerca da práxis jornalística e sua função social na contemporaneidade. Com enfoque dialético, recorre à teoria marxista do jornalismo de Genro Filho e a confronto com as reflexões de alguns dos principais jornalistas do país – à frente das redações da “Folha de S.Paulo”, “O Estado de S.Paulo”, “Época”, “El País Brasil”, “Piauí” e “Rede Jornalistas Livres” – para checar por que, atualmente, a imprensa é comumente alvo de críticas e descrédito. A principal hipótese debatida diz respeito a uma diferente percepção da realidade por parte dos jornalistas da imprensa hegemônica e da população em geral.

Palavras-chave: Jornalismo. Função social da imprensa. Representatividade.

Abstract: The present article aims to reflect upon the journalistic praxis and their current social function. With a dialectical approach, it turns to the Marxist theory of Journalism formulated by Genro Filho and confronts his contributions with the thinking of some of Brazil’s leading journalists – heads of the newsrooms from “Folha de S.Paulo”, “O Estado de S.Paulo”, “Época”, “El País Brasil”, “Piauí” and “Rede Jornalistas Livres” – in order to examine the reasons why, in this day and age, the press has become a target of harsh criticism and discredit. The main hypothesis debated here concerns the divergent perceptions of reality that journalists from the hegemonic press and the general population have.

Keywords: Journalism. The social function of the Press. Representation.

Resumen: Este artículo propone una discusión acerca de la praxis periodística y su función social en la contemporaneidad. A partir de un enfoque dialéctico, recurre a la teoría marxista del periodismo de Genro Filho para confrontarla con las reflexiones de algunos de los principales periodistas del país – a frente de las redacciones de la “Folha de S.Paulo”, “O Estado de S.Paulo”, “Época”, “El País Brasil”, “Piauí” y “Rede Jornalistas Livres” – para comprobar por qué, actualmente, la prensa es frecuentemente objeto de críticas y descrédito. La principal hipótesis debatida se refiere a una diferente percepción de la realidad por parte de los periodistas de la prensa hegemónica y de la población en general. Texto será traduzido para a versão final.

Palabras clave: Periodismo. Función social de la prensa. Representatividad.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Mídia, Informação e Cultura, sob orientação do Prof. Dr. Dennis de Oliveira.

² Jornalista, aluno da pós-graduação em Mídia, Informação e Cultura da Universidade de São Paulo. <manoukian@usp.br>

INTRODUÇÃO

“A notícia é uma mercadoria, mas não é uma mercadoria qualquer.”

Parafraseando Sartre, Adelmo Genro Filho (2012, p. 23) reivindicava a construção de uma teoria do jornalismo para superar as abordagens predominantes em torno da comunicação, da publicidade e das técnicas de informação que, segundo o autor, consideravam a atividade jornalística “como simples modalidade da comunicação de massa e mero instrumento de reprodução da ideologia das classes” (GENRO FILHO, 2012, p. 14). Em sua dissertação de mestrado, “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”, publicada em 1987, Genro Filho reflete sobre a ambivalência do jornalismo – um produto histórico da sociedade burguesa, historicamente condicionado pelo desenvolvimento do capitalismo, mas dotado de potencialidades que ultrapassam os contornos ideológicos da sua gênese – e fornece elementos para entendê-lo como uma “forma social de conhecimento”.

A partir dos conceitos de Genro Filho, este trabalho, **A função social da imprensa e o microcosmo das redações: uma comparação entre o jornalismo de Genro Filho e o jornalismo contemporâneo**, analisa por que o jornalismo contemporâneo está comumente relacionado a críticas que colocam em xeque sua credibilidade e representatividade.

A imprensa ocupa um papel de destaque nas democracias liberais, sendo identificada “como um baluarte da vigilância democrática e da resistência aos abusos dos governos autoritários” (MOTTA, 2002. p. 14). Está intimamente ligada às ideias de esfera pública, opinião pública e cidadania.

Uma distinção entre imprensa e jornalismo: Genro Filho (2012, p. 182) explica que imprensa é o corpo material do jornalismo, o processo técnico do jornal que resulta num produto final, que podem ser manchas de tinta em um papel ou ondas de radiodifusão; jornalismo, por sua vez, é “a modalidade de informação que surge sistematicamente desses meios para suprir certas necessidades histórico-sociais”.

Mais do que falar ao grande público ou à massa³, em tese a imprensa é, por evolução histórica, uma instituição de mediação, que serve como instrumento de cobrança pública, que fala em nome dos interesses gerais da sociedade e combate injustiças e ilegalidades.

³ Thompson (2011, p. 287) usa “comunicação de massa” não somente no sentido quantitativo, mas para mostrar que as mensagens transmitidas pelas indústrias da mídia são, geralmente, acessíveis a audiências relativamente amplas e estão, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de receptores.

Não à toa, à práxis jornalística foi cunhada a clássica perífrase “quarto poder”, que define um dos aspectos primordiais da imprensa, como instância fiscalizadora do poder público e suas subdivisões: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Sendo, portanto, porta-voz da sociedade, a imprensa cumpre atualmente seu papel originário? Num momento que a própria democracia representativa apresenta desgastes, qual é a legitimidade do jornalismo profissional?

Para compreender um dos aspectos do fenômeno da rejeição à imprensa na contemporaneidade, mais especificamente a crise da representatividade – que é um dos dilemas atuais do jornalismo no Brasil, especialmente na mídia impressa – esta pesquisa lança mão de um enfoque dialético-materialista a partir da teoria marxista do jornalismo de Genro Filho, que serve como base para compreender não só as dicotomias do fenômeno jornalístico, como perscrutar as potencialidades futuras, confrontando-a com as visões de alguns jornalistas em posição de destaque nos principais veículos de imprensa da atualidade, por meio de entrevistas semiestruturadas. Os entrevistados são: Armando Antenore, editor da “Piauí”; Carla Jiménez, editora-chefe do “El País”; Carla Miranda, coordenadora editorial no “Estado de S.Paulo”; Daniela Pinheiro, editora-chefe da “Época”; Laura Capriglione, cofundadora da “Rede Jornalistas Livres”; e Sérgio Dávila, editor-executivo da “Folha de S.Paulo”.

Como complemento, também se recorre aos estudos de Hall – e a crítica às distorções não intencionais internalizadas nos procedimentos profissionais da imprensa, na corrente conhecida como *newsmaking* –, a ensaios de Lima e Kucinski, entre outros jornalistas, para auxiliar na compreensão do fenômeno jornalístico, e aos conceitos de Bauman e Lipovetsky, que auxiliam nas conexões entre a crise democrática e a crise da representatividade do jornalismo.

Inicialmente, a análise se concentra no microcosmo das redações contemporâneas, reunindo informações sobre o perfil dos jornalistas e como a composição das redações pode influenciar no noticiário, além de considerar como as normas da vida cotidiana são impactadas atualmente pelo conteúdo feito pela imprensa.

Depois, esta pesquisa se concentra na práxis jornalística, com um breve resumo histórico da imprensa e suas potencialidades sociais, a partir das teorias de Genro Filho.

Por fim, aborda como os autores do jornalismo contemporâneo avaliam a atividade, sua função social, a relação com o leitor e com a sociedade e a composição das redações.

1. AS REDAÇÕES ARISTOCRÁTICAS

1.1 A elite de jovens progressistas da ‘Folha de S.Paulo’

Em texto publicado em novembro de 2017⁴, o editor-executivo da “Folha de S.Paulo”, Sérgio Dávila (DÁVILA, 2017, online), afirmou que as “Redações são formadas em sua maioria por uma elite intelectual de jovens progressistas de esquerda”. No mesmo texto, ele quantifica sua tese:

Posso falar com mais embasamento desta **Folha**. Em 2014, no segundo ano de governo Haddad, censo interno realizado pelo Datafolha atestou que 55% dos jornalistas da casa se consideravam de esquerda, e 23%, de centro. Indagados sobre como situavam o próprio jornal, 50% o colocavam no centro, e 30%, na esquerda. A maioria adotava posição liberal em relação a aborto, direitos homossexuais e drogas, em números eloquentemente superiores aos da população brasileira como um todo: 82% a favor da descriminalização da maconha e 96% a favor da união civil entre homossexuais, ante 77% e 39% dos brasileiros, respectivamente. Naquela ocasião, outubro de 2014, foram ouvidos 321 profissionais, numa pesquisa com margem de erro de dois pontos percentuais. (DÁVILA, 2017, online)

À frente da equipe de jornalistas do periódico, o maior do país – com circulação superior a 300 mil exemplares (impressos e digitais) por dia, segundo a empresa (dados de fevereiro de 2019) –, Dávila apresentou os números para responder a críticas feitas pelo ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad, que três meses antes assinou um texto na revista “Piauí”⁵ reclamando do jornalismo praticado no Brasil. Na publicação, diz que falta regulação de mercado, que os meios de comunicação funcionam, “do ponto de vista econômico, como oligopólio; e funcionam como monopólio do ponto de vista político”. Afirma que as empresas jornalísticas são geridas “por famílias que pensam da mesma forma e têm a mesma agenda para o país, com variações mínimas”. Fala, inclusive, que os grupos de comunicação do país,

⁴ FOLHA DE S.PAULO. Haddad hostiliza imprensa por não admitir crítica, escreve Sérgio Dávila. São Paulo, 12 nov 2017. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1934373-haddad-hostiliza-imprensa-por-nao-admitir-critica-escreve-sergio-davila.shtml>>. Acesso em 10 dez 2018.

⁵ PIAUÍ. Vivi na pele o que aprendi nos livros. Rio de Janeiro, jun 2017. Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>. Acesso em 10 dez 2018.

“em momentos cruciais de nossa história, como em 1964 e 2016, atuam em bloco” (HADDAD, 2017, online).

Dávila, em resposta, diz que o ex-prefeito petista “reclama do jornalismo porque não admite crítica”, ventilando a hipótese de que Haddad “deve ter sido o prefeito mais paparicado por jornalistas em toda a história de São Paulo”. “Isso tem explicação num motivo simples”, escreveu Dávila, que continua: “Em seus quatro anos no comando da cidade, o petista governou para uma jovem elite intelectual progressista de esquerda” (DÁVILA, 2017, online). Ou seja: a agenda de Haddad alcançava e atendia diretamente os anseios de boa parte dos jornalistas de São Paulo, especialmente aqueles empregados nos principais grupos de mídia – “Folha de S.Paulo”, “Estado de S.Paulo” e editora Abril, entre outros. Dávila (2017, online) diz:

Por causa dessas características, encontrou terreno fértil nas Redações a agenda “São Paulo, Nova Amsterdã” de Fernando Haddad. Esta teve no bicicentrismo das ciclofaixas e ciclovias, na valorização do centro pela via da cultura alternativa, na diminuição da velocidade máxima das ruas e avenidas, no pagamento de salário a usuários de crack como tentativa de recuperação e na abertura da Paulista para os pedestres aos domingos suas bandeiras mais visíveis.

1.2 O caso Trump

Um ano antes, numa terça-feira (8 de novembro de 2016), a então repórter da revista “Piauí” Daniela Pinheiro – hoje, editora-chefe da revista “Época” –, acompanhou, dentro da redação do “Washington Post”, a apuração dos votos da eleição presidencial que definiria a democrata Hillary Clinton ou o republicano Donald Trump como o próximo ocupante da Casa Branca. A experiência rendeu uma reportagem⁶ na edição de dezembro da publicação, na qual ela fala da perplexidade e dos desafios da imprensa americana diante do novo presidente – a ideia inicial era falar da vitória de Clinton sob a perspectiva do trabalho dos repórteres do “Washington Post”.

A repórter descreve, no início do texto, o ambiente por volta das 19h:

⁶ PIAUÍ. O jornalismo pós-Trump. Rio de Janeiro, dez 2016. Disponível em < <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-jornalismo-pos-trump/>>. Acesso em 10 dez 2018.

A redação do *Post* estava cheia e silenciosa. Boa parte dos jornalistas escrevia, tuitava, checava e-mails em suas mesas. Havia um bufê de comida asiática e os televisores estavam ligados na CNN, MSNBC e Fox News. O site *Upshot*, do *New York Times*, previa que a chance de Clinton vencer era de 87%. Nas redes sociais e na televisão, notava-se certo ar de derrota na equipe de Trump. A porta-voz da campanha, Kellyanne Conway, havia tuitado em tom de lamento que o candidato “não teve o apoio dos republicanos”. Donald Trump Jr., o filho mais velho, tinha dado uma entrevista à CNN reclamando que o sistema eleitoral não era justo. O ex-prefeito de Nova York Rudolph Giuliani escreveu aos internautas que havia acabado de deixar o apartamento de Trump – o candidato estava “tranquilo”, bebendo Coca-Cola. (PINHEIRO, 2016, online)

No decorrer da noite, porém, o mapa eleitoral do país se avermelhava, conforme exibiam as televisões. Às 21h37, Trump tinha 137 dos votos do Colégio Eleitoral e Clinton, 104. Pinheiro relata, então, a dinâmica da redação, com os editores em atividade intensa. Afinal, era preciso, àquela altura, pensar em reportagens e análises novas, depois de descartar o material que havia sido escrito. “Textos sobre a importância de ter uma mulher na presidência, outro explicando por que o povo havia repudiado as ideias trumpistas, um sobre o voto latino na eleição de Clinton, pelo menos duas dezenas deles foram jogados fora”. (PINHEIRO, 2016, online)

Os editores do “Washington Post” discutiam, liderados pelo editor-executivo Martin Baron, como foram tão surpreendidos, tentando entender, entre outras coisas, por que subestimaram a rejeição a Clinton e a chocante votação feminina em Trump – dono de declarações misóginas, repetidas à exaustão durante a campanha.

Quatro dias depois da eleição mais sombria, turbulenta, caricata, agressiva, polarizada, controversa, virulenta e vulgar da história dos Estados Unidos, Margaret Sullivan, a crítica de mídia do jornal *The Washington Post*, falava para uma plateia ainda atônita com o resultado. Em um auditório no 3º andar do Newseum, num misto de mea-culpa e autoanálise, ela discorria sobre uma questão premente: como a imprensa pôde ter errado tão feio? (PINHEIRO, 2016, online)

No decorrer da reportagem, Pinheiro faz uma longa investigação para tentar responder o questionamento. O entendimento e as repostas apresentadas, claro, são superficiais e subjetivas, mas apresentam alguns fenômenos interessantes.

Um deles diz respeito às diferentes percepções da realidade por parte dos jornalistas da imprensa hegemônica e da população em geral. Ou seja, os signos e as representações que referenciam o discurso da imprensa não são os mesmos que servem de parâmetro para o

cidadão. Pinheiro, na “Piauí”, cita um artigo do jornalista Lee Siegel, publicado na “Columbia Journalism Review”, no qual ele diz que há um enorme abismo entre os que escrevem e os que têm a vida descrita.

A pouca diversidade social e econômica entre os jornalistas afetaria a maneira como o país é retratado pela imprensa. “Os repórteres que estão nos grandes jornais e revistas saem da escola particular, vão para uma faculdade de elite, passam a frequentar as altas-rodas. Esse é o mundo que conhecem”, escreveu. Não seria o trabalho de repórter que levaria essa aristocracia jornalística – “que se acha sofisticada, cosmopolita e dona da verdade” – a entender ou se conectar com a classe trabalhadora ou os eleitores de Trump. O problema, segundo ele, é que haveria uma enorme incapacidade de tolerância ao que não está na órbita que frequentam. “Eles não sabem o que não sabem, nem querem saber.” (PINHEIRO, 2016, online)

Neste momento, identificamos um denominador comum: à frente da produção midiática nos principais veículos de imprensa, aqui e nos EUA, temos jornalistas que pertencem a uma elite, classificados como “jovens progressistas de esquerda”, por Dávila, e como sofisticados, cosmopolitas e donos da verdade, por Siegel.

1.3 O protagonismo da elite

Há, portanto, uma leitura parcial da realidade por parte do jornalismo, principalmente dada a posição social e o contexto cultural daqueles que pautam, apuram e editam as reportagens.

De maneira acentuada, o espaço público da imprensa não está aberto às classes mais pobres, a não ser quando essas se veem em meio a acidentes, assassinatos, conflitos, tragédias e elevado número de mortos. A crônica social ou vive de “boas histórias” midiáticas ou do *potlach* mundano das colunas sociais e da vida privada, íntima e pública dos grandes astros e estrelas dos esportes e do show *business*. (SILVA, 2002, p. 54)

Como aponta Luís Martins Silva, o que se vê no noticiário pouco diz respeito às causas e interesses da sociedade. A imprensa, portanto, não cumpre sua função social ao não dar vozes às demandas da sociedade.

Alguns exemplos práticos corroboram a afirmação de Silva. O caso dos “rolezinhos” em São Paulo, a partir de 2013, quando jovens da periferia da capital passaram a marcar encontros em grupo em shoppings conhecidos por reunir a “alta classe”, mostrou um olhar

elitista da imprensa de São Paulo. As primeiras reportagens publicadas para tentar explicar o fenômeno se basearam na tese de que os jovens estavam protestando contra a falta de lazer na periferia. Só depois de alguns dias alguns poucos jornais identificaram o rolezinho como um encontro de jovens que só queriam comer um lanche e beijar na boca.

Outro exemplo é a greve dos caminhoneiros. Como definiu a *ombudsman* da “Folha de S.Paulo”, Paula Cesarino Costa, “os jornais foram atropelados pela greve dos caminhoneiros e empresas de transporte”⁷ (COSTA, 2018, online). Primeiro pelo desconhecimento da causa e proximidade com seus atores. Segundo Confederação Nacional do Transporte (CNT), em anuário com dados de 2017, há 1.088.358 veículos de empresas com caminhoneiros contratados, 553.643 veículos de caminhoneiros autônomos e 22.865 veículos de cooperativas. Ou seja, trata-se de um universo significativo. Mas os jornais não souberam dos alertas ou não deram importância a eles. (COSTA, 2018, online)

Segundo Bernardo Kucinski (1998, p. 26), a “elite dominante é ao mesmo tempo a fonte, a protagonista e a leitora das notícias; uma circularidade que exclui a massa da população da dimensão escrita do espaço público definido pelos meios de comunicação de massa”. Para o autor, há um processo dominante na formação política da América Latina que impõe “a exclusão, e não a aquisição da cidadania”, e os jornalistas, nesse contexto, preferem “a autocensura⁸ e a renúncia à autonomia intelectual em troca de uma maior conforto funcional” (1998, p. 18-19).

1.4 A sociedade desorientada

Além da problemática interna, o jornalismo vivencia uma escalada de rupturas que, segundo Lipovetsky (2011, p. 193-194), abalou “as normas da vida cotidiana, os valores burgueses e familiares, as relações entre os sexos”. O uso massivo das redes sociais na internet são um exemplo prático desse comportamento. Lipovetsky (2015, p. 372, 373) afirma:

⁷ FOLHA DE S.PAULO. A imprensa foi atropelada. São Paulo, 27 mai 2018. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/05/a-imprensa-foi-atropelada.shtml>>. Acesso em 25 ago 2018.

⁸ Os conceitos de autocensura e renúncia à autonomia intelectual serão retomados na seção 2.

As redes sociais, que nasceram com a internet, também desenvolveram a confusão dos papéis desempenhados pelos internautas, que são, de fato, ao mesmo tempo produtores e consumidores, usuários e encenadores, autores e público dos conteúdos que intercambiam on-line. Nas plataformas virtuais, cada qual é consumidor dos dados fornecidos pelos outros, ao mesmo tempo que produtor do seu perfil. Com o ciberespaço se leva a cabo uma hibridização dos papéis entre oferta e procura, entre produção, consumo e distribuição de dados.

Há, portanto, um cenário com uma oferta proliferante de produtos estéticos – logo, informações – e de profundas rupturas na organização da sociedade, com os indivíduos da contemporaneidade adotando uma nova postura frente às antigas competências do positivismo. Lipovetsky (2011, p. 197) pergunta: “Como viver no hipermundo da desorientação?”.

É um cenário de profundas transformações, reflexo da “modernidade líquida”, segundo Bauman (2013, p. 16-17), que denomina a contemporaneidade ou a “atual condição moderna, descrita por outros autores como ‘pós-modernidade’, ‘modernidade tardia’, ‘segunda modernidade’ ou ‘hipermodernidade’”. Sobre esta atual sociedade, ele explica:

Certamente, o mundo pós-moderno é qualquer coisa, menos imóvel – tudo, nesse mundo, está em movimento. Mas os movimentos parecem aleatórios, dispersos e destituídos de direção bem delineada (primeiramente, e antes de tudo, uma direção cumulativa). É difícil, talvez impossível, julgar sua natureza “avançada” ou “retrógrada”, uma vez que o interajustamento entre as dimensões espacial e temporal do passado quase se desintegrou, enquanto os próprios espaço e tempo exibem repetidamente a ausência de uma estrutura diferenciada ordeira e intrinsecamente. (BAUMAN, 1998, p. 121-122)

Além da modernização compulsiva e obsessiva a todos os aspectos da vida social, há o sujeito pós-moderno, que é composto de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas, como definiu Hall (2014, p. 10-14). É dentro desse contexto que a rejeição à imprensa passou a integrar o discurso dos mais variados grupos, políticos e sociais.

Considerando os grupos de comunicação de massa, que se propõem a conversar com regiões inteiras, ou mesmo todo o país, são necessários deslocamentos, tempo de apuração e saúde financeira para ouvir, conversar e dar voz à pluralidade de vozes e interesses de vozes e interesses públicos de um país de dimensões continentais. Contudo, o interesse desta pesquisa não é pensar as estruturas e necessidades das empresas e da indústria jornalística. A questão aqui é anterior ao exercício diário e rotineiro do jornalismo. A função social original do

jornalismo continua válida? Como dar conta da pluralidade de vozes na atualidade? Até que ponto a composição das redações, formada por uma elite, é responsável pelo processo de construção da notícia? Os diferentes membros da sociedade se veem representados no noticiário?

2. A PRÁXIS JORNALÍSTICA

2.1 As três fases do jornalismo: um breve resumo da história da imprensa

A história da imprensa pode ser dividida em três partes: a “imprensa da informação”, a “imprensa da opinião” e a “imprensa comercial”, segundo explica Ana Lucia Novelli (2002, p. 184-185), a partir de Habermas.

A fase inicial surgiu no início do século XIV e, mesmo de uma maneira incipiente, “já traz consigo várias características do que futuramente iria entender-se por imprensa”, ao se estabelecer como um elo entre indivíduos privados e um meio de divulgação de informações a respeito da realidade, produzindo conhecimento, ainda que precípuo por causa da atualidade da informação. (NOVELLI, 2002, p.184-185)

A etapa seguinte é a “imprensa de opinião”, quando a imprensa avança rumo a um texto mais literário, deixando de redigir apenas avisos ou relatar ocorrências. “Os jornais passam a ser porta-vozes e condutores da opinião pública, à medida que escritores e partidos políticos se apossam desse novo instrumento para conseguir maior eficácia publicitária”. (op. cit., p. 184-185)

A fase atual do jornalismo, por sua vez, é conhecida como “imprensa comercial”. Ela surge a partir do estabelecimento do Estado burguês de direito e da legalização da esfera pública política, que permitem à imprensa a operação comercial, com vistas ao lucro e a libertam das obrigações críticas. Durante os anos 1930 do século XIX, inicia-se a inserção de anúncios possibilitando uma nova base de cálculos. (op. cit., p. 184-185)

Situado na perspectiva da dialética marxista⁹, Genro Filho (2012, p. 152) afirma que as três fases da história do jornalismo possibilita “captar três dimensões do fenômeno que compõem sua essência, ou seja, sua universalidade e especificidade concreta”. Diferentemente de Habermas (1984), que apontou o jornalismo opinativo como a própria essência do jornalismo, Genro Filho destaca a terceira fase como a mais representativa. Ele diz (2012, p. 152-153):

A primeira indica a composição historicamente particular de relações econômicas que colocariam, mais tarde, a necessidade universal de informações jornalísticas para toda a sociedade e não mais exclusivamente para os burgueses. A segunda demonstra que, implícita ou explicitamente, o jornalismo é também um instrumento utilizado segundo interesses de classe, um elemento importante da luta política. A terceira fase *supera* as duas primeiras em função de uma necessidade social emergente, a partir da segunda metade do século passado, tornando-se o jornalismo fundamentalmente informativo, sem anular suas características precedentes. As notícias não são mais, predominantemente, sobre assuntos mercantis, mas elas próprias transformam-se em mercadorias e, sobretudo, valorizam como mercadoria o espaço publicitário dos veículos nos quais a atividade jornalística se desenvolve. (...) A separação feita pelos veículos de comunicação de massa entre a parte referente ao jornalismo, a parte referente à opinião (editorial ou não) e aquele referente à publicidade, por si só, simboliza as três fases históricas do jornalismo e sua articulação na nova totalidade que caracteriza o jornalismo informativo.

2.2 A imprensa como mediadora da esfera pública

Dada a evolução histórica do jornalismo, a imprensa toma para si um importante papel na atualidade. Venício Lima (2012, p. 152-153) explica que muita coisa mudou “desde os tempos em que os indivíduos se reuniam face a face” nas suas aldeias ou comunidades para discutir e decidir sobre problemas comuns, numa época em que imprensa (*printing*, e não *press*) “significava o direito individual de imprimir”.

Com o desenvolvimento tecnológico e a conformação dos sistemas econômicos, as sociedades se tornaram mais complexas, e a comunicação humana, aos poucos, passou a ser mediada por tecnologias (mídias) e instituições (empresas privadas).

⁹ O método dialético de Marx pressupõe dois momentos inseparáveis: a investigação (ou a pesquisa) e a exposição (ou a apresentação). A investigação é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica.; e a exposição não é apenas uma apresentação acrítica, mas uma exposição com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. (CHAGAS, 2012, online)

Hoje, essas empresas de mídia – que “falam” como se fossem representantes de cada um de nós – constituem-se, elas próprias, em importantes e poderosos atores, tanto econômicos quanto políticos, mas, sobretudo, como atores determinantes na construção da opinião pública em todo o mundo. (LIMA, 2012, p. 152-153)

A partir de Habermas, Novelli (2002, p. 182) explica que a esfera pública liberal surge com a ascensão da burguesia “como instância capaz de fazer a mediação entre um público composto de indivíduos privados, que atuam politicamente, e as instâncias do Estado”. A imprensa, nesse contexto, é a instituição por excelência da esfera pública e “representa a institucionalização de um permanente canal de debate”. (op. cit., pág. 183)

A noção de esfera pública vai se enquadrar nessa perspectiva justamente na base de sua dupla função: colher e disseminar informações, de um lado e, de outro, fornecer um fórum para debate. Para exercer esse papel, a imprensa precisa de uma estrutura pública de responsabilidade própria, com um código distinto de valores profissionais separados da função do debate político. Dentro dessa estrutura, é preciso que se amplie o acesso dos vários setores da sociedade civil. Como se pode assegurar que o trabalho da imprensa seja dotado de isenção, se é de responsabilidade exclusiva dos jornalistas decidir o que entra e o que não entra na agenda pública? (NOVELLI, 2002, p. 186)

Para Silva (2002, p. 52-53) essa é uma das contradições que envolvem a atuação da imprensa. “Embora seja um espaço público, ela é uma praça pública seletiva, com portões (*gates*) e porteiros (*gatekeepers*) seletivos. Por vezes, o drama humano se sobressai no noticiário, enquanto um drama coletivo pode não merecer a mesma atenção”.

Para Genro Filho (2012, p. 58-60), o jornalismo, como estrutura específica de comunicação, se revela em “seu potencial desalienante e humanizador” em torno da práxis social. Ele diz (2012, p. 60):

É nessa perspectiva que o jornalismo se impõe, de maneira angular, como possibilidade dos indivíduos em participar do mundo *mediato* pela via de sua feição dinâmica e singular, como algo sempre incompleto, atribuindo significações e totalizando de maneira permanente como se estivessem vivendo na imediaticidade de sua aldeia.

2.3 O jornalismo informativo e a cidadania

Genro Filho (2012) também identifica outro caráter do jornalismo, que é situar o indivíduo na sociedade, ao nível da cidadania. Para tanto, ele explica que a cidadania no capitalismo desenvolvido é uma relação histórica real e efetiva. Ao mesmo tempo, há uma cidadania potencial ou imaginária, que é a igualdade que esta cidadania implica.

A cidadania burguesa implica uma situação prática e efetiva de universalidade dos indivíduos. Uma universalidade que, em graus variáveis, vai atingir a todos. Mas essa cidadania está comprometida com a desigualdade econômica, social e política. O jornalismo informativo encarna essa ambivalência, cuja explicação está na relação dialética entre a particularidade e universalidade do próprio modo de produção capitalista. (GENRO FILHO, 2012, p. 179)

Para o autor, o jornalismo “é atravessado pela ideologia burguesa como uma fruta é passada por uma espada” no capitalismo. Nem por isso, ele diz, a “fruta será sinônimo de espada” (op. cit., p. 114). Ou seja, essa contradição “abre brechas para certas posturas críticas à ordem burguesa”, mesmo que os veículos sejam controlados pelas classes dominantes. A notícia, para Genro Filho, se insere em determinadas cosmovisões pré-existentes, assim como a percepção individual de um fenômeno singular. “Há, como sabemos, uma cosmovisão dominante. Mas ela não é destituída de contradições. Mas sociedades de classe existe sempre um antagonismo político e ideológico tensionando o sistema” (GENRO FILHO, 2012, p. 221). O autor continua (op. cit., p. 221-222):

Partindo dessa premissa é que se pode pensar a cultura em geral e o jornalismo em particular como *práxis*, não apenas como manipulação e controle. De um lado, em virtude da propriedade privada dos meios de comunicação e da hegemonia ideológica da burguesia, o jornalismo reforça a cosmovisão dominante. De outro, a apreensão e reprodução do fato jornalístico podem estar alicerçadas *na perspectiva* de uma cosmovisão oposta e de uma ideologia revolucionária.

Kellner (2001, p. 27) também aborda essa dinâmica:

Enquanto a cultura da mídia em grande parte promove os interesses das classes que possuem e controlam os grandes conglomerados dos meios de comunicação, seus produtos também participam dos conflitos sociais entre grupos concorrentes e veiculam posições conflitantes, promovendo às vezes forças de resistência e progresso. Consequentemente, a cultura veiculada pela mídia não pode ser simplesmente rejeitada como um instrumento banal da ideologia dominante, mas deve ser interpretada e contextualizada de

modos diferentes dentro da matriz dos discursos e das forças sociais concorrentes que a constituem.

2.4 O jornalismo e a proliferação de discursos

Uma possibilidade que se abre ao jornalismo, portanto, é a de seguir as tendências homogeneizantes da globalização – afinal, é produto do capitalismo – ao mesmo tempo que dá voz à proliferação subalterna da diferença, segundo Hall (2013, p. 66):

Trata-se de um paradoxo da globalização contemporânea o fato de que, culturalmente, as coisas pareçam mais ou menos semelhantes entre si (um tipo de americanização da cultura global, por exemplo). Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das “diferenças”. O eixo “vertical” do poder cultural, econômico e tecnológico parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão de mundo composta de muitas diferenças “locais”, as quais o “global-vertical” é obrigado a considerar. [...] Elas constituem o fundamento para um novo tipo de “localismo” que não é autossuficientemente particular, mas que surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste.

Hall (2013, p. 67-68) ainda explica que esse “localismo” é inédito, “a sombra que acompanha a globalização: o que é deixado de lado pelo fluxo panorâmico da globalização, mas retorna para perturbar e transtornar seus estabelecimentos culturais”.

Nesse contexto, há tendências “compensadoras”, como definiu Kellner (2001, p. 31):

Os movimentos sociais progressistas dos anos 1960 e 1970 ainda estão vivos e passam bem, e as lutas pelos direitos humanos, pelas liberdades civis dos oprimidos, pela paz e justiça, pela ecologia e por uma organização mais humana da sociedade são visíveis em toda a sociedade. Na verdade, a própria instabilidade, as mudanças contínuas e as incertezas da atualidade criam aberturas para futuros e possibilidades mais positivas na criação de um mundo melhor a partir do pesadelo atual.

As pautas citadas por Kellner e os “localismos” de Hall emergiram especialmente após a Guerra Fria, quando, dada a nova organização do capital e a lógica societária imposta pelos EUA – com a democracia liberal, a economia de mercado e o neoliberalismo –, a globalização joga luz à diversidade e incorpora pautas com potencial de mercado (nichos de consumo).

O público é cada vez mais “mundano” e curioso. É que esse público, com a universalização progressiva das relações mercantis e capitalistas, está cada vez mais ligado, efetivamente, a uma multiplicidade de fenômenos que

ocorrem em todos os lugares e, de diferentes maneiras, passar a interferir na vida das pessoas. (GENRO FILHO, 2012, p. 177)

2.5 O singular, o particular e o universal

A correta captação desses diferentes fenômenos e das diferentes vozes que compõem a sociedade passa pela categoria central da teoria do jornalismo de Genro Filho, a singularidade. Baseando-se nos fundamentos filosóficos de Lukács, o autor explica que, para o jornalismo, o singular é a matéria-prima do jornalismo, “a forma pela qual se cristalizam as informações ou, pelo menos, para onde tende essa cristalização e convergem as determinações particulares e universais (2012, p. 172).

Os conceitos de singular, particular e universal, segundo Genro Filho, expressam dimensões reais da objetividade – qualidade sempre perseguida pelo jornalismo. Ele explica (2012, p. 170):

No *universal*, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No *singular*, através da identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O *particular* é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva.

Dessa forma, a informação jornalística sempre estará ligada à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade, “mas o conteúdo da informação vai estar associado (contraditoriamente) à particularidade e universalidade que nele se propõem, ou melhor, que são delineados pela subjetividade do jornalista”, explica Genro Filho (op. cit.).

Em suma, o autor aponta que a vivência do indivíduo, dentro dos “localismos” que o cercam, precisa ser compreendida pelo jornalista para a construção dos fatos jornalísticos. “O material do qual os fatos são constituídos é objetivo, pois existe independente do sujeito. O conceito de fato, porém, implica a percepção social dessa objetividade, ou seja, na significação dessa objetividade pelos sujeitos.” (GENRO FILHO, 2012, p. 195)

2.6 O jornalista, as mediações sociais e a autocensura

A práxis jornalística, portanto, é fruto de um conjunto de mediações sociais, que produzem as informações noticiosas. Entram, nesse grupo de intermediários, os jornalistas (pauteiros, redatores, repórteres, editores, etc). Sobre eles, Genro Filho (2012, p. 184) explica:

O talento, a capacidade técnica e a visão ideológica pessoal de cada jornalista são importantes, como já foi acentuado, e poderão até prestigiá-lo diante de seus colegas e do público, não tanto como criador, mas principalmente como intérprete de uma percepção social da realidade, que ele vai reproduzir e alargar.

Nesse sentido, Kucinski (1998) afirma que o jornalismo, após um período de grande atividade na década de 1960, na qual vivenciou um período de autonomia e espírito crítico, acabou sucumbindo aos anos de chumbo da ditadura. Na década seguinte, “a grande imprensa havia perdido o sentido da realidade”. Afirma o autor (1998, p. 63):

Em 1979, boa parte da geração de jornalistas formados nos anos de grandes liberdades civis do pós-guerra desaparece das posições de comando, nas quais estariam naturalmente por sua experiência. Esse exílio profissional de uma geração se dá a um alto custo operacional e técnico para as empresas, que até hoje se debatem com a pobreza de sua mão de obra juvenil.

A partir dessa época, Kucinski (1998) afirma que o jornalista optou pela autocensura e pela renúncia à autonomia intelectual “em troca de um maior conforto funcional”. Essa consciência política é classificada pelo autor como um dos paradoxos do jornalismo brasileiro, pois a maioria dos profissionais de redação sempre foram de esquerda, com ideias populistas e reformistas. (KUCINSKI, 1998, p. 67)

A autocensura jornalística é tão originalmente nossa, latino-americana, que essa expressão não é usual nos léxicos de comunicação e jornalismo das democracias liberais. É também uma particularidade das relações de trabalho na imprensa brasileira, nas quais ainda inexistia a “cláusula da consciência”, pela qual os proprietários não podem pedir a um jornalista que defenda posições contrárias à sua consciência e nem demiti-lo por se recusar a fazê-lo. Nossos grandes jornais e redes de TV são empresas familiares, nas quais os jornalistas em cargos executivos são entendidos como profissionais de confiança dos proprietários, cuja lealdade é para com os donos do jornal e não para com o interesse do público. (KUCINSKI, 1998, p. 68-69)

A mesma questão, vista por outra ótica, está em Novelli (2002), que vê a prática jornalística – mais precisamente da “Folha de S.Paulo”, objeto de sua pesquisa – uma

preocupação em dialogar apenas com o seu universo de leitores, deixando de lado as demandas da sociedade, como um todo.

Na prática, o que vai prevalecer é o leitor. É nele que o jornal está interessado, numa relação direta entre produtor e consumidor. Aparentemente não há nada de errado nessa postura típica da imprensa comercial e capitalista, mas, ao estabelecer o grupo de leitores como sua base social, o jornal esquece-se do restante da sociedade que, embora não faça parte do seu grupo de leitores, também tem interesses que devem ser preservados para o pleno funcionamento da sociedade democrática. (NOVELLI, 2002, p. 194)

Aqui, voltamos às questões que são o norte desta pesquisa: o jornalismo cumpre, atualmente, sua função social original? Como dar conta da pluralidade de vozes na atualidade? Até que ponto a composição das redações, formada por uma elite, é responsável pelo processo de construção da notícia? Os diferentes membros da sociedade se veem representados no noticiário?

3. METODOLOGIA

As respostas passam pela compreensão do fenômeno, que é complexo e pode ser analisado dentro de infinitas possibilidades. Neste trabalho, a partir Ladrière (1978, p. 23), optou-se por “efetuar o caminho da manifestação em sentido inverso, remontar o processo de vinda ao manifesto, vincular o manifesto ao seu princípio”.

Assim sendo, a partir da contextualização histórica e social, baseando-se principalmente na obra de Genro Filho, resgata-se a função originária do jornalismo para propor a chamada filosofia da práxis, na qual teoria e prática se complementam, quando se confrontam as ideias do pesquisador com as percepções de alguns dos principais jornalistas do Brasil, que estão à frente dos jornais “Folha de S.Paulo” e “Estado de S.Paulo”, do jornais digitais “El País Brasil” e “Rede Jornalistas Livres” e das revistas “Época” e “Piauí”.

A escolha desses profissionais foi estabelecida a partir da importância dos veículos, mesclando jornalismo periódico, jornalismo digital e jornalismo em revista. Todos os entrevistados são responsáveis ou corresponsáveis pela direção das redações às quais pertencem. A definição dos veículos, por sua vez, considerou o alcance (número de leitores) e reconhecimento (credibilidade, prêmios), além de privilegiar aqueles da chamada mídia

hegemônica, que falam a um grande público ou à massa. A exceção é a “Rede Jornalistas Livres”, que pratica um jornalismo independente¹⁰ e é dirigido por ex-integrantes da “grande imprensa” – o objetivo, aqui, é ampliar a perspectiva empírica e a dialética.

Armando Antenore, editor da revista “Piauí”, foi entrevistado pessoalmente na sede da publicação, no dia 13 de dezembro de 2018.

Carla Miranda, coordenadora editorial do “Estado de S.Paulo”, foi entrevistada por telefone, em 11 de janeiro de 2019.

Carla Jiménez, diretora de redação do “El País Brasil”, também foi entrevistada por telefone, no dia 13 de fevereiro de 2019.

Daniela Pinheiro, diretora de redação da revista “Época”, foi entrevistada pessoalmente em São Paulo, em 17 de janeiro de 2019.

Laura Capriglione, cofundadora da “Rede Jornalistas Livres, foi entrevista nos dias 9 e 13 de fevereiro de 2019.

Sérgio Dávila, editor-executivo da “Folha de S.Paulo”, foi entrevistado no dia 15 de janeiro de 2019, na sede do periódico.

Por meio de entrevistas semiestruturadas¹¹, compostas por três tópicos e 19 subtópicos, os jornalistas foram questionados sobre o perfil dos profissionais, a composição das redações e o leitorado. Também refletiram sobre o microcosmo da redação e como os jornalistas inseridos na imprensa hegemônica representam os anseios e a realidade não só do leitor, mas do cidadão de uma forma geral.

Em suma, as entrevistas tinham como objetivo compreender, a partir da visão dos entrevistados, se a imprensa cumpre atualmente a função social originária do jornalismo, conforme análise histórico-social, e, em caso negativo, quais as hipóteses que levam à resposta negativa.

Além disso, a vivência do pesquisador como repórter e editor – ou seja, um observador participante do fenômeno – foi o ponto de partida para a definição da

¹⁰ Na busca por um jornalismo sem fins lucrativos e apartidário, muitos jornalistas com experiência profissional nos principais veículos de imprensa do país, a partir de algum – demissão, falta de identidade com o veículo, motivação para empreender em seu próprio negócio – tentam consolidar projetos independentes. Neste panorama, surgem empresas de conteúdo digitais nativas no Brasil, como a Agência Pública, Ponte, Think Olga e Jota, que produzem e distribuem conteúdos em plataformas digitais e podem ser chamados de jornalismo independente. (RAMOS; SPINELLI, 2015, online)

¹¹ Ver Apêndice A.

metodologia, com uma perspectiva relativa ao método marxista, que é a dialética. Nela, teoria e prática se complementam, se confrontam e sintetizam novos conhecimentos.

4. O JORNALISMO CONTEMPORÂNEO, SEGUNDO SEUS AUTORES

4.1 A função social da imprensa na atualidade

Para todos os entrevistados, a função social original do jornalismo ainda é válida e deve ser buscada pelos veículos de imprensa. “O jornalismo tem uma função social e é, sim, uma forma social de conhecimento”, afirma Capriglione¹² (2019). Dávila¹³ (2019) compartilha a mesma opinião:

Acredito no jornal como um veículo evolutivo, de costumes, de crença, que leva todos adiantes, que tira as pessoas da sua zona de conforto e mostra uma zona de conhecimento mais amplo. Vejo uma função quase iluminista, de formar um cidadão consciente político.

A mesma visão é sustentada por Pinheiro¹⁴ (2019), para quem “o propósito do jornalismo continua o mesmo”; por Jiménez¹⁵ (2019), que vê o jornalismo diretamente relacionado à cidadania e aos valores democráticos; por Miranda¹⁶ (2019), que destaca “a investigação” como um dos principais atributos da imprensa, que deve “jogar luz no que as pessoas precisam enxergar”; e por Antenore¹⁷ (2018), que vê o jornalismo como a principal instância para fiscalizar o poder. Ele diz:

Uma função essencial do jornalismo é a fiscalização do poder, de toda a forma de poder, o econômico e o político. A instância que pode exercê-la de maneira mais ampla e, por incrível que pareça, mais livre, é a imprensa. É uma função típica da imprensa e da qual a democracia não pode abrir mão. Requer reportagem, ou seja, não basta sentar e fazer críticas, é preciso

¹² Capriglione, L. **Rede Jornalistas Livres**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 9 fev. 2019.

¹³ Dávila, S. **Folha de S.Paulo**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 15 jan. 2019.

¹⁴ Pinheiro, D. **Época**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 17 jan. 2019.

¹⁵ Jiménez, C. **El País Brasil**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 13 fev. 2019.

¹⁶ Miranda, C. **Estado de S.Paulo**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 11 jan. 2019.

¹⁷ Antenore, A. **Piauí**. Entrevista concedida a Filipe Nepomuceno Manoukian, em 13 dez. 2018.

apurar, cruzar dados, ter acesso a fontes nos bastidores, nos subterrâneos do poder. Essa função não vai acabar. Há outras instâncias que podem fazer isso no terceiro setor, mas o grosso desse papel cabe aos jornalistas, a quem também cabe justamente o papel de editar as informações neste mundo com tantas informações, dizer o que está mais perto da verdade, o que está mais perto da mentira, oferecer uma informação mais aprofundada, mais contextualizada, menos militante – uma missão que foi se desenhando a partir do momento que a internet ganhou poder. A melhor instância para fazer essa depuração é o jornalismo.

4.2 O que mudou com a internet

A escalada do acesso à internet nos últimos 20 anos, que levou conexão a mais de 3 bilhões de pessoas e fez crescer numa dimensão inédita tanto a demanda por notícias quanto sua disseminação, de fato mudou as dinâmicas dentro das redações. Dávila diz (2019):

Você, hoje tem mais ferramentas para chegar às informações e muito mais pressão do tempo, porque a informação, quando você a obtém, se torna perecível em segundos. Há 10, 20, 40 anos, essa informação podia durar uma semana, você podia trabalhá-la melhor. Hoje, não. Você precisa colocá-la no ar – e nem sempre da melhor maneira.

Jiménez (2019) reforça que, embora o “jeito de fazer jornalismo” continue o mesmo, “a relação com o meio mudou” e, por isso, foi preciso se adaptar a um novo ritmo e entender as redes sociais como extensão da redação. “A repercussão dos fatos é imediata”, diz ela.

Antenore (2018) destaca a evolução tecnológica das redações. Em pouco mais de 30 anos de profissão, ele passou pela máquina de escrever, computador de mesa, laptops, celulares. “Você saía para uma cobertura carrapato, você ia com um bolo de fichas telefônicas. Se você tinha dúvidas sobre como escrever Dostoiévski, você precisava ir ao Banco de Dados procurar numa enciclopédia”, conta ele.

Contudo, no que diz respeito à metodologia de apuração e às narrativas, ele não vê nenhuma mudança. “Curiosamente, o jeito de escrever continua muito parecido, o jeito de olhar a notícia e definir o que é notícia, ou seja, as prioridades dos jornais continuam muito parecidas.”

Esse cenário, para Capriglione, é responsável por muitas das críticas destinadas aos veículos de imprensa atualmente. Ela diz (2019):

Os jornais, aqui no Brasil, lidaram e lidam muito mal com a internet. Com a entrada da internet e a possibilidade de ter uma quantidade de informações gigantescas, você teve uma redução no número de repórteres e redatores nas

grandes redações. Houve um enxugamento fortíssimo. Isso trouxe implicações dramáticas sobre a qualidade do trabalho jornalístico. É interessante que os grandes veículos, ao invés de fazer reportagens para mostrar como somos imprescindíveis, começaram a se alimentar do que saía da internet.

Com redações mais enxutas, a figura do jornalista especializado perdeu espaço. Segundo Dávila (2019), há pouco mais de 20 anos era comum encontrar jornalistas especializados em quadrinhos, astronomia, política municipal.

4.3 A perda do protagonismo

Ao mesmo tempo, a imprensa deixou de ser a única a falar sobre os fatos do dia a dia. Capriglione diz (2019):

A imprensa tradicional tinha a ideia de que era a única formadora de opinião – e ela era mesmo, mas quando a opinião era feita por 100 pessoas. Gosto de pensar na campanha das Diretas Já, umas das mais importantes da história de República brasileira, que foi feita com alguma coisa entre 100 e 200 narradores, que contavam o que estava acontecendo. Eles eram os jornalistas das editorias de política. O que acho interessante é que hoje temos esse mesmo número, 100, 200 pessoas, para cobrir uma chacina numa comunidade pobre do Rio de Janeiro, são pessoas que estão produzindo conteúdo o tempo inteiro.

Essa revolução digital, para Antenore, deu voz pública à população de maneira geral e ninguém conseguiu compreender bem o fenômeno. Ele afirma (2018):

Em relação à capacidade de perceber os grandes fenômenos que têm acontecido, o jornalismo tem tido dificuldade, sim, para entender o que está acontecendo, mas não está sozinho, todo mundo está com dificuldade. Os cientistas entenderam o fenômeno do bolsonarismo? A academia entendeu? A imprensa também não. Vivemos um período de grande disrupção, todo mundo está perdido.

Capriglione continua (2019):

As periferias estão se expressando, os pretos estão se expressando, os LGBTs estão se expressando, as mulheres estão se expressando. O que estamos percebendo hoje é que a mídia tradicional não está dando conta e tampouco está conseguindo se reposicionar dentro de um mercado de notícia que admite essa quantidade imensa de narradores e de formas de narrativas. As pessoas estão falando do seu jeito, se expressando do seu jeito, usando

expressões vernaculares totalmente diferentes daquelas que são abonadas pelos manuais de redação da imprensa tradicional. Por causa disso, essa comunicação deles acaba sendo uma comunicação muito mais eficiente, feita por eles, para eles.

4.4 O microcosmo das redações

Ao pensar nesses diferentes públicos, em suas identidades e “localismos”, todos os entrevistados convergem a um entendimento comum: o microcosmo das redações é diferente da realidade da sociedade brasileira.

Dávila diz (2019):

É um paradoxo que temos que resolver, e não como tarefa última, mas no cotidiano, no dia a dia. As pessoas que fazem o jornal, que praticam o jornalismo, estão divorciadas da sociedade que elas representam, pois há um viés de seleção, são pessoas que foram a uma ou mais faculdades, que vêm de famílias mais abastadas. Elas já chegam ao jornal com esse viés de seleção e muitas vezes não representam os anseios e a realidade do leitor para os quais elas escrevem. Isso é um fato. Por que o paradoxo? A resposta não é consensual, mas é o que eu acredito. Acho que uma das funções precípuas de um jornal é tirar o leitor da sua zona de conforto. Eu odiaria ter uma redação que escrevesse exatamente o que o leitor espera e que reafirmasse as crenças do nosso leitorado. Prefiro um jornal que assuste o leitor diariamente, que exponha o leitor a opiniões diversas da dele, crenças diversas da dele, que mostre a ele fatos que ele nem sabia que queria saber a respeito. Para que isso aconteça, tenho que ter pessoas diferentes fazendo o jornal, pois se eu tiver exatamente a mesma demografia do leitorado fazendo jornal, vou ficar só reafirmando. Aqui, lembro um susto que tomamos por causa desse divórcio. Por sermos de um microcosmo tão diferente da média do brasileiro, às vezes a gente toma uns sustos como a morte do cantor Cristiano Araújo, que nunca tinha sido matéria em 95 anos da “Folha”. Ele morre, tem uma comoção popular e nenhuma pessoa dentro da redação o conhecia.

Para Pinheiro, a imprensa hegemônica não consegue conversar, por exemplo, com jovens, com a periferia, com evangélicos, com homens sobre questões íntimas e emocionais. Ela afirma (2019): “A gente não consegue porque a redação é muito igual, os jornalistas pensam e veem a mesma coisa. Tem que ter gente diversa, de origens diferentes, gente que discorde. A discordância é boa”.

Antenore continua (2018): “As redações são brancas, de classe média ou média-alta, universitária, com pouquíssimos negros. Às vezes, a pessoa pode ter origem mais simples, mas quando chega à redação, já está trafegando no mundo burguês.”

Segundo Jiménez, o jornalismo se mostrou um produto feito da elite para a elite nos últimos anos. No “El País Brasil”, por exemplo, há apenas um repórter descende de negros. Ela diz (2019): “O sentido de realidade da redação é diferente? Sim, é. Não dá para fazer jornalismo se não ouvir o que as pessoas estão falando na rua, se não entender como elas estão no contexto delas”.

Embora não divulguem pesquisas internas das suas respectivas empresas, todos os entrevistados reconheceram a presença mínima de negros dentro das redações, por exemplo. Dávila comenta (2019):

A redação nas últimas décadas vem se tornando mais diversificada socialmente. A primeira barreira foi a questão da mulher. Nos anos 60, você vê fotos que mostram que as redações eram 99% masculinas. Essa primeira barreira está rompida e consolidada. As próximas barreiras é que estão demorando. A segunda que identifiquei, são as orientações sexuais mais diversas nas redações, e hoje você já encontra diversidade e pessoas sem vergonha de professar sua orientação. A próxima é a de raça. Ainda há uma defasagem, temos menos de 10 negros na nossa redação. Se juntarmos negros e orientais, algo como 15, 20 profissionais, dentro de uma redação de 250 pessoas. Ao mesmo tempo, sabemos que no Brasil, a maior parte da população é negra ou parda.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A soma de todos os fatores identificados a partir das entrevistas – como a escalada do acesso à internet, que fez crescer numa dimensão inédita a demanda por notícias e a disseminação delas; a perda do protagonismo, com a proliferação de pautas da diversidade numa sociedade cada vez mais fragmentada e na qual as mídias sociais deram voz pública à população; e as redações situadas dentro de um microcosmo que não representa a sociedade de maneira geral – são responsáveis, em parte, pelo descrédito imposto à imprensa na contemporaneidade.

Entre esses fatores, o que mais se impõe como urgente é a composição das redações, já que os filtros praticados pelos jornalistas – com um viés de seleção que muitas vezes dispensa os anseios e realidade de grande parte da sociedade, em detrimento aos interesses de uma classe média branca, com ensino superior e residência nos bairros mais nobres e centrais – reforça o divórcio entre a sociedade e as notícias publicadas nos jornais.

Especialmente na atualidade, esse fenômeno é ainda mais impactante, já que os indivíduos contemporâneos vivem um mundo que enfrenta profundas rupturas organizacionais, a ponto de Lipovetsky (2011) perguntar: “Como viver no hipermundo da desorientação?”. O uso massivo das redes sociais, por exemplo, é reflexo dessa confusão – e, a partir dela, a pluralidade e a diversidade cobram cada vez mais seu lugar no espaço público, mas essas vozes não ecoam nas redações, dada sua homogeneização.

É nesse sentido que a percepção de que há um descolamento entre o microcosmo da redação e as vozes da sociedade aparece como uma das principais hipóteses para a crise de representatividade da imprensa. De forma unânime, os entrevistados – todos em postos de destaque do jornalismo atual – reconhecem que o cidadão comum e até mesmo os leitores não se veem representados nas páginas dos jornais.

Embora a imprensa exerça a sua mediação dos fatos a partir do social e para o social, isso não significa que ela seja inteiramente permeável ao social. Mesmo considerado um espaço público, a imprensa é uma praça pública seletiva, com portões (*gates*) e porteiros (*gatekeepers*) seletivos. Ou seja, a seletividade é uma condição própria da mídia, cujas escolhas obedecem a critérios de noticiabilidade, audiência e espetacularização, além dos vieses dos jornalistas que selecionam, apuram, redigem e editam o conteúdo dos jornais.

Além disso, o espaço público da imprensa não está aberto às classes mais pobres, que costumam ser objeto de reportagens apenas quando em meio a acidentes, assassinatos, conflitos, tragédias.

Se os jornais, então, não conseguem se colocar como uma voz representativa da sociedade, a imprensa cumpre atualmente seu papel originário?

É possível perceber que há interesse e tentativas da imprensa atual no sentido de cumprir a função social original do jornalismo. De maneira geral, o jornalismo persegue a mesma missão de sempre, utilizando-se das mesmas técnicas, segundo os entrevistados desta pesquisa. Mas, hoje, as demandas do leitor são mais complexas, e o próprio público está cada vez mais diverso.

A resposta à pergunta “como resgatar as potencialidades do jornalismo, ultrapassando seus contornos ideológicos e, especialmente, os vieses dos que compõem as redações?”, portanto, pode ser o caminho para a prática de um jornalismo plural e representativo – e objeto de futuras pesquisas a respeito do tema.

Uma análise mais quantitativa e qualitativa da composição das redações contemporâneas também se mostra como uma importante pesquisa para entender mais profundamente as diferenças sociais entre o microcosmo das redações e a sociedade como um todo, traçando comparativos entre os dados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHAGAS, E. F. **O método dialético de Marx**: investigação e exposição crítica do objeto. Campinas, 2012. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6520_Chagas_Eduardo.pdf>. Acesso em 5 jun. 2018.

COSTA, P. A imprensa foi atropelada. **Folha de S.Paulo**, 27 mai. 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2018/05/a-imprensa-foi-atropelada.shtml>>. Acesso em 5 jun. 2018.

DÁVILA, S. Haddad hostiliza imprensa por não admitir crítica, escreve Sérgio Dávila. **Folha de S.Paulo**, 12 nov. 2017. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/11/1934373-haddad-hostiliza-imprensa-por-nao-admitir-critica-escreve-sergio-davila.shtml>>. Acesso em 5 jun. 2018.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.

HADDAD, F. Vivi na pele o que aprendi nos livros. **Revista Piauí**, jun. 2017. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>>. Acesso em 5 jun. 2018.

HALL, S. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representações da Unesco no Brasil, 2003.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

KELLNER, D. **A cultura da mídia - estudos culturais**: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. Bauru: Edusc, 2001.

KUCINSKI, B. **A síndrome da antena parabólica**: ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LADRIÈRE, J. **Filosofia e práxis científica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

LIMA, V. **Liberdade de expressão x Liberdade de imprensa**: Direito à comunicação e democracia. São Paulo: Publisher Brasil, 2012.

LIPOVETSKY, G. **A cultura-mundo**: resposta a uma sociedade desorientada / Gilles Lipovetsky e Jean Serroy. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. **A estetização do mundo**: Viver na era do capitalismo artista / Gilles Lipovetsky, Jean Serroy. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOTTA, L. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

NOVELLI, A. **O Projeto Folha e a negação do quarto poder**. In: MOTTA, L. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

OLIVEIRA, D. **Jornalismo e Emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.

PINHEIRO, D. O jornalismo pós-Trump. **Revista Piauí**, dez. 2016. Disponível em <<http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-jornalismo-pos-trump/>>. Acesso em 5 jun. 2018.

RAMOS, D. O.; SPINELLI, E. M. Iniciativas de jornalismo independente no Brasil e Argentina. **Extraprensa (USP)**, São Paulo, a. 9, n. 17, p. 114-123, 2015.

SILVA, L. **Imprensa e cidadania: possibilidades e contradições**. In: MOTTA, L. (Org.). **Imprensa e Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

THOMPSON, J. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 2011.

APÊNDICE A

Roteiro das entrevistas semiestruturadas, com questões abertas, realizadas com os jornalistas Armando Antenore (editor da “Piauí”), Carla Jiménez (diretora de redação do “El País Brasil”), Carla Miranda (coordenadora editorial no “Estado de S.Paulo”), Daniela Pinheiro (diretora de redação da “Época”), Laura Capriglione (cofundadora da “Rede Jornalistas Livres”) e Sérgio Dávila (editor-executivo da “Folha de S.Paulo”).

O entrevistado

- (quem é, tempo na profissão, redações pelas quais passou)

Os jornalistas, como profissionais

- (um breve relato das transformações ao longo da carreira)
- (exercício de intelectualidade nas redações; a mão de obra profissional)
- (a composição das redações, raça, classe social, representatividade, religião)
- (a autocensura do jornalista, segundo Kucinski)

O jornalismo, como fenômeno

- (a natureza, a função e o fenômeno jornalístico)
- (a gênese burguesa e o jornalismo como forma social de conhecimento)
- (a égide da objetividade e neutralidade da notícia)
- (jornalismo e cidadania, a formação do cidadão)
- (jornalismo regional, locus da democracia)
- (jornalismo para o público ou para o grupo de leitores)
- (oficialismo, entreguismo)
- (sentido da realidade)
- (a sociedade hiper-informada)
- (indivíduos fragmentados, localismos, diversidades)
- (o poder da imprensa)
- (o papel da imprensa)
- (caso dos rolezinhos; caso da greve dos caminhoneiros)
- (abismo entre os que escrevem e os que têm a vida descrita; caso Trump; caso censo interno da Folha)